SÃO PAULO NA ERA POMBALINA.

MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA
do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No decorrer do século XVI, São Paulo era mais ou menos São Vicente, Bertioga, Itanhaem, Cananéia e Paranaguá; São Vicente com Martim Afonso de Sousa, e mais tarde Santos com Braz Cubas; era tambem o planalto com o povoado que desapareceu, e com alguns jesuitas para lá encaminhados para ajudarem os portugueses no trato com os índios.

Mandioca e cana era o que mais havia na parte costeira de baixo, a serviço de um modesto engenho de açucar, talvez tambem já produtor de cachaça.

A esse tempo, no Brasil, o forte mesmo estava no Recôncavo da Bahia e em Pernambuco, onde o açucar produzido era muito; assim o que ajudava o incremento do seu comércio era a alta qualidade do pau-brasil, abundante, e tão bom que deu lugar à fabricação dos famosos violinos Stradivárius.

Do interior vinham os couros, cujo comércio só começou mesmo a se tornar importante, a partir da criação da Colônia do Sacramento.

Este panorama do Brasil se manteve até se cumprir em Marrocos, no ano de 1578, a aventura militar-religiosa do rei D. Sebastião; depois da qual a vida do povo português foi levada a tomar novo rumo.

Como se sabe, depois da sua morte e da de seu tio e sucessor, Cardeal D. Henrique, vários netos do rei D. Manuel se apresentaram como candidatos ao trono de Portugal, vencendo, nessa competição, o mais forte deles, por já ser rei da Espanha. Filipe II passou, a partir do ano de 1580, a ser tambem Filipe I de Portugal.

Dado o fato de, em geral, ser bom para o Brasil o que é ruim para Portugal, não constituiu isto uma excessão, porque o que se viu foi a grandeza territorial do Brasil se apresentar bem diferente da que tinha em 1580, ao se dar a Restauração de 1º de dezembro de 1640.

Pau-brasil, açucar, fumo, cacau e couro, e o ouro que começava a dar ares de sua graça, eram as riquezas predominantes do Brasil, capazes de estimular a cobiça dos povos europeus, entre os quais o holandês já figurava entre os mais fortes.

Como desde os primeiros anos de existência da Santa Inquisição na Espanha, as terras dos Paises-Baixos passaram a ser procuradas pelos que lá eram perseguidos por causa do sangue que lhes corria nas veias, não foi dificil prever que o Brasil, a partir dos acontecimentos do ano de 1580, em Portugal, passaria a ser objeto e campo de lutas entre os dois velhos rivais da Europa; e foi isto o que se deu. Disso tinham os Filipes certeza, tanto assim que esta certeza se encontra consignada em vários pontos dos Regimentos passados aos Governadores Gerais para aqui mandandos a partir de 1588, e mais especialmente no passado, em 1612, ao Governador Geral Gaspar de Sousa.

Na Capitania da Bahia, desde o ano de 1548, estabeleceram os portugueses a sede principal de Governo; dando-se, mais tarde, o mesmo com a Igreja Católica, que ali mantem o seu Arcebispado Primaz do Brasil.

Assim, podemos lembrar que, se desde 1580 até 1640 reinaram os Filipes em Portugal, desde 1625 até 1654, aqui estiveram os seus inimigos holandeses dos Paises-Baixos. E foi justamente isto que deu vez aos portugueses e brasileiros que viviam no Brasil, da Bahia para baixo.

Da Bahia para cima, até o Maranhão, nem tudo mudou com a presença dos invasores, porque as riquezas ali existentes, continuaram a ser objeto de comércio na mão dos seus novos dominadores; transacionando-as a seu modo e interesse, com quem podiam, ou queriam.

Quanto ao Brasil, em geral, é lógico que o interesse dos Filipes só podia estar no seu progresso e conservação; porque quanto mais seguros estivessem disso, mais seguros supunham estar os seus domínios do Pacífico, entre os quais figuravam as ricas minas do Potosí.

Uma coisa, entretanto, é certa: quando a vez da gente acima referida chegou, já nela existia a essência orgânica fundamental, garantidora do êxito do que ia se dar.

Tudo estava, mais ou menos, no mesmo pé em que se encontrava o francês de um meu irmão, caipira mineiro, de quatro anos, que havia estado até os dois anos na Bélgica. Premido pelas circunstâncias de um novo contacto com parentes que só sabiam falar francês, explicou: "O fanchês tá todo aqui — e apontava para a ponta da língua — o que é pixijo é puxá p'ra fora"; e foi isto o que se deu em dois tempos.

Com o povo do Brasil, principalmente com o de São Paulo, o mesmo se dava: era só apagar a suposta linha de Tordezilhas para, em dois tempos, cair no mundo das selvas, transpor rios e ribeirões, montes, vales e montanhas; enfrentando índios e feras, talvez menos difíceis de enfrentar do que a fome, a sede e os mosquitos.

Foi, sem dúvida, a partir da segunda década do século XVII que as terras do Brasil passaram a ser mais amplamente percorridas, por meio de suas famosas Bandeiras; quer oficiais, quer particulares. Umas, longamente projetadas e organizadas, e outras formadas mais de improviso, por gente aventureira de coragem desmedida.

O certo é que de 1612 até, digamos, 1640, os homens de Buenos Aires, do Paraguai e do Perú, e ainda os de Tucuman e de Santa Cruz de la Sierra, iam aceitando, ou se conformando com o novo estado de coisas; mas, daí em diante a coisa mudou. O que havia muito vinham achando enjoado, passaram a considerar como intoleravel. Isto se constata facilmente por meio da leitura da correspondência então trocada entre a gente das localidades acima referidas, e a da Corte de Madrí. Tão intensa e grave se tornou ela que, aos *mamelucos* de São Paulo, contra o esperado, deram o assalto de M'bororé, que os levou a fragorosa derrota, sempre festejada na literatura jesuítica da Espanha, e mesmo na do Brasil e Portugal.

Quanto ao extraordinário significado das penetrações de todas as Bandeiras em terras do Brasil, desbravando-as em grande parte, certo é que pouco valeriam, se a apoia-las e assegura-las não houvesse as ações conjugadas do poder governamental, antes, durante e depois de cumpridas. Poder solidamente constituido, estribado em leis, alvarás, alvarás de lei, decretos e em Regimentos sabiamente organizados, passados aos Governadores Gerais do Brasil, e aos das suas diferentes Capitanias.

Si é possivel hoje se chegar a esta certeza e segurança, sobre o que teria havido de bom para o Brasil chegar já no século XVIII, à sua invejavel condição de unidade territorial, política e administrativa; maior será esta certeza e segurança, quando estivermos servidos por uma linha mestra de pesquisas históricas, que sentimos, já agora, ter encontrado seu caminho seguro e certo.

As preciosas publicações feitas ao tempo de governo do Dr. Washington Luís, dos *Inventários e Testamentos,* e das *Atas da Câmara de São Paulo,* é que deram lugar como se sabe, ao grande trabalho do Dr. Taunay sobre as Bandeiras.

Sirvo-me do ensejo para lembrar, que um Sr. Manuel Alves de Sousa (português radicado no Brasil), foi quem, em penoso trabalho

de ler e copiar a documentação para o Dr. Washington, visando o ampliamento do campo de conhecimento de nosso passado histórico, gastou quase todas as suas reservas físicas, quando, em ação beneditina, as pôs à disposição do taquígrafo experiente e capaz, transformado em paleógrafo. Nunca mais, depois disso, teve saude; mas, nem por isso tenho visto o seu respeitavel nome lembrado nas publicações que devem existência ao seu trabalho.

Paulistas, Bandeiras e Bandeirantes, assim como Mamelucos e Aventureiros, são expressões que formam um quadro de privilégios ligados, com justiça, à gente de São Paulo; o que não quer dizer que, por vezes, não seja isto levado a exagero.

Lembre-se que as ações um tanto contundentes de certas Bandeiras de São Paulo, se fizeram sentir (sempre aleivosamente lembradas pelos interessados nisso), em carater negativo, nos serviços das Demarcações do Tratado de Limites de 1750; o que, aliás, antes disso, já se dera quando as forças de D. Manuel Lobo foram atacadas na Colônia por tropas de Buenos Aires, auxiliadas por mais de 3.000 índios, para isso vindos das Missões jesuíticas do Paraguai; como sempre, comandados pelos seus benditos Curas.

Por outro lado, há nas notas de redação que acompanham a preciosa documentação publicada pelo Arquivo de São Paulo, ao tempo do diretor Pisa, assentuada mostra de falta de conhecimento da razão de ser da existência de tais documentos, ligados à volta da Capitania de São Paulo à sua antiga condição de Capitania Geral. Condição perdida, sobretudo, por causa dos termos de uma carta imprudente escrita pelo Governador D. Luís de Mascarenhas ao Capitão-mor de Sapucaí, sobre os limites de São Paulo com Minas Gerais. Foi aí, isto é, no fim do reinado de D. João V, que tiraram de São Paulo duas costelas importantes, transformadas nas Capitanias de Goiás e de Mato Grosso; e não contentes com isso, o puzeram na simples e injusta condição de Província do Rio de Janeiro.

Desta modesta condição só saiu a partir do ano de 1765, quando o Gabinete Pombal achou por bem e oportuno nomear o Coronel do segundo Regimento da Praça de Bragança, D. Luís Antônio de Sousa Botelho, seu Governador e Capitão General, e quando já era Vice-Rei do Estado do Brasil, o Conde da Cunha.

Como se vê, alem de Pombal, que ainda era então só Conde de Oeiras, surgiram aqui mais dois nomes, como que por encanto. Para sanar este mal, torna-se necessário expor, em resumo, as razões pelas quais chegaram ambos a esta nossa encruzilhada.

Quando D. João V morreu e o filho D. José assumiu o poder, chamou para ministro da guerra e dos negócios exteriores o Sr. Sebastião José de Carvalho e Melo, que ficou logo encarregado de dar cumprimento ao importante Tratado de limites que o rei morto havia assinado com o da Espanha. Dada a sua madura experiência, adquirida no trato de questões internacionais de alta relevância, foi-lhe facil sentir que pelas bandas da América, isto é no Brasil, nunca os espanhois iam abdicar da idéia de serem os verdadeiros donos das terras situadas abaixo do paralelo de 28 graus e pouco, Sul, isto é, de Laguna para baixo. E aí começou a coisa. Pensou que, assim sendo, era do seu dever cuidar de um plano capaz de, por meio dele, colocar o Brasil em condições de enfrenta-los, quando quizessem por em prática tal convicção. Foi assim que surgiu o seu Sistema Fundamental, Político, Civil e Militar, posto por ele silenciosamente em prática, desde o ano de 1757, baseando-se, em resumo, no seguinte:

> Todas as Colônias Portuguesas são de Sua Majestade, e todos os que as governam são Vassalos seus: E nessa inteligência tanta obrigação tem o Rio de Janeiro de socorrer a qualquer das Capitanias do Brasil, como cada uma delas de se socorrerem mutuamente umas às outras, e ao mesmo tempo o Rio de Janeiro logo que qualquer das ditas Capitanias for atacada, ou ameaçada de o ser: Sendo certo, que nesta recíproca união de poder, consiste essencialmente a maior força de um Estado, e na falta dela, toda a fraqueza dele.

Esta norma de mútuo apôio a ser rigorosamente prestado pelos governadores das diversas Capitanias, foi o que garantiu a conservação plena da unidade territorial do Brasil, não só porque era isto imposto a cada um dos então nomeados, como para evitar dúvidas entre os mesmos, do Plano ou Sistema, fazia parte a existência de uma autoridade de cúpola que garantisse o seu perfeito cumprimento, caso o Brasil fosse atacado, como o foi a partir do ano de 1763. E aqui temos a razão de ser de um dos nomes acima mencionados.

A autoridade de cúpola só podia ser a do Vice-Rei, dai a transferência da sede do Vice-reinado da Bahia para o Rio de Janeiro, logo que em Lisboa tiveram conhecimento da perda da Colônia do Sacramento e da morte do Conde de Bobadela; e dai tambem a nomeação do Conde da Cunha para ser o primeiro Vice-Rei agindo no Rio de Janeiro, destinado a se tornar o centro principal, controlador de todas as medidas a tomar contra os atrevidos assaltantes da Colônia do Sacramento. Note-se que, em Lisboa, o Secretário de Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando determinou a transferência do

Vice-reinado, ainda não sabia que a Vila do Rio Grande tambem tinha sido entregue ao General D. Pedro de Cevallos, sem oferecer qualquer resistência.

Uma vez explicada a razão de ser do aparecimento do nome do Conde da Cunha, facil é se chegar à causa do aparecimento do nome do Morgado de Mateus, D. Luís Antônio. Para o Sistema Pombalino de defesa do Estado do Brasil alcançar o seu ponto final, claro se tornava ser indispenavel a volta de São Paulo à sua antiga posição de Capitania Geral, e isto se consubstanciou na pessoa de D. Luís Antônio; com o que, ficava formada a cadeia de Governadores e Capitães Generais, sob o comando do Vice-Rei, Conde da Cunha, pelo Conde de Azambuja e, a seguir comandada pelo 2º Marquês do Lavradio, em cujo período de dez anos de governo foram, finalmente expulsos os castelhanos do Rio Grande de São Pedro, ou melhor, do então denominado Continente de São Pedro do Rio Grande; fato que se deu a 1º de abril de 1776.

Os atos de enquadramento de São Paulo na Era Pombalina, teriam de ser aqui tão minuciosamente explicados, que é melhor deixar isto para outra ocasião.

* *
*

MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA. — Sócio-Emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Marcos Carneiro de Mendonça nasceu no Arraial da Meia Pataca (Minas Gerais) aos 25 de dezembro de 1894. Fato que provocou o seguinte desabafo de um lider católico: "Que paradoxo: um ateu haver nascido no dia do Natal de Nosso Senhor Jesus Cristo"! De sua longa e bela vida um outro destaque se impõe: o casamento com Ana Amélia de Queiroz, a eterna "Rainha dos Estudantes do Brasil". Chegaram a ultrapassar as Bodas de Ouro de uma união invulgar, reverenciada, dentro e fora do país. Pois a Casa-Museu da rua Cosme Velho, 587, em Larangeiras, estava sempre aberta aos que a procuravam: tanto personalidades estrangeiras as mais ilustres, como os favelados, os estudantes. Hoje que ela se foi, ele, envolto na grande saudade, parece inclinado a transubstanciar o local numa Fundação: "Ana Amélia Carneiro de Mendonça".

Profissionalmente, Marcos cursou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e à convite do sogro, eng. José Joaquim de Queiroz Filho, passou a dirigir no município de Itabirito a usina "Esperança", hoje "Queiroz Filho". — Um outro paradoxo. Em conse-

quência de prescrição média, passou a praticar esportes, como amador, principalmente o futebol pelo Clube o Fluminense, na posição de goleiro, por ser a menos agitada. Conjunção de fatores: reflexos rápidos e 1,90 de altura e mais o "olho clínico" de um treinador, sagraram-no como um dos goleiros mais famosos do Brasil, como foi recordado em recente reportagem de uma grande revista carioca.

— Assinale-se que os encargos profissionais não impediram a crescente atividade intelectual, marcada por pesquisas sérias e consequente produção. Da imensa florada de artigos, conferências, livros, destacar-se-á: — *José Bonifácio e o Intendente Câmara* (Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, 17-IX-1938).

— *O plano expansionista do Morgado de Mateus e a Colônia do Sacramento* (O Estado de São Paulo, 28-III-1954).

— *O Intendente Câmara* (1ª edição na Imprensa Nacional, 1938; a 2ª na Companhia Editora Nacional — série Brasiliana, volume 301, 1958).

— *O Marquês de Pombal e o Brasil* (São Paulo. Companhia Editora Nacional — série Brasiliana, volume 209, 1960).

— *A Amazônia na Era Pombalina* (Rio de Janeiro, 3 volumes, 1963).

— *Raizes da Formação Administrativa do Brasil* (séculos XVI e XVII). (Rio de Janeiro, 2 volumes, 1972).

Expressivas as conferências, aulas magnas, pronunciadas em Institutos culturais dentro e fora do país. Ainda, vinculado à Universidade de São Paulo, especificamente à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas — a seu Departamento de História — pela presença em comissões examinadoras de concurso de doutoramento, livre-docência e das ex-cátedras, justificar-se-ia uma especécie de depoimento de suas alunas desta Casa, que em recente viagem de estudos aos Arquivos cariocas tiveram que o procurar. E foi lá, no banco verde — de noivado com Ana Amélia, — que o Dr. Marcos lhes contou: "do processo editorial dos dois novos volumes das *Raizes* (séculos XVIII e XIX). Das pesquisas sobre a expulsão dos castelhanos de São Pedro do Rio Grande (1763-1776). A localização, alicerçada em fontes irrecusáveis, da origem da 1ª expedição ao Iguatemí, coincidente com a 1ª tentativa dos castelhanos do Rio Grande, com reflexos no conflito europeu de 1767. Ainda, no campo sócio-econômico religioso, documentados sobre a origem da criação do arcebispado primaz da Bahia e dos bispados metropolitanos do Rio de Janeiro e São Paulo, com jurisdição até o Rio da Prata. E uma reflexão, revolucionária, sobre a gênese das grandes Bandeiras, a partir da 1ª década do século XVII. (*Nota de Maria Regina*).